

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: _____, brasileiro(a), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente na _____, nº _____, Comp. _____, _____(bairro), _____/SC, CEP _____ - Telefone: _____, e-mail: _____.

OUTORGADAS: **ROSÂNGELA DE SOUZA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SC sob nº 4.305, **LARISSA DE SOUZA PHILIPPI LUZ**, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/SC sob nº 24.176, **NICOLE NATACHA DE SOUZA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SC sob nº 37.615, todas com endereço na Av. Hercílio Luz, nº 639 – Ed. Alpha Centauri, sala 402, Centro, Florianópolis/SC – CEP 88020-000, Telefone (48) 3222-6881, onde recebem intimações.

Por este instrumento particular de mandato, para o fim adiante específico, o OUTORGANTE nomeia e constitui seus bastante procuradores, onde com este se apresentarem, outorgando-lhes os necessários poderes para representá-lo em juízo ou fora dele, em qualquer ação em que for autor, réu, assistente ou oponente, podendo tudo praticar, requerer, assinar, com poderes para transigir, desistir, reconvir, concordar, discordar, ratificar, retificar, receber quantias, dar quitação, acompanhar quaisquer processos em todos os termos e instâncias, representar perante qualquer repartição, autarquia ou órgão federal, estadual ou municipal, e ainda praticar todos os demais ato que fizerem necessários ou integral cumprimento do presente mandato, para o que confere os mais amplos poderes, bem como os contidos na cláusula "ad judicium", podendo substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva os poderes aqui conferidos; outorga também poderes especiais para firmar declaração no termos e para fins das Leis nºs 1.060/50 e 7.510/86, além dos arts. 98 e seguintes do CPC.

FINALIDADE ESPECÍFICA: Propor AÇÃO JUDICIAL contra o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

São José, ____ de _____ de 2024.

Outorgante

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de declaração,
_____, brasileiro(a),
_____(estado civil), _____(profissão),
portador(a) do RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o
nº _____, residente e domiciliado(a) na
_____, nº _____,
Comp. _____(bairro),
_____/SC, CEP _____ - Telefone:
_____, e-mail: _____,

pelo presente instrumento particular de declaração, na forma dos art. 98 e seguintes do CPC, da Lei nº 1.060/50; art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal; e art. 4º, da Lei 7.510/86, declara ser juridicamente pobre, não podendo arcar com as despesas judiciais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

São José, ____ de _____ de 2024.

Declarante

CONTRATO DE HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

O(A) cliente, abaixo-assinado(a) e qualificado(a) e ROSÂNGELA DE SOUZA brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 4.305, LARISSA DE SOUZA PHILIPPI LUZ, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/SC sob nº 24.176; NICOLE NATACHA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SC sob nº 37.615, todas com endereço na Av. Hercílio Luz, nº 639 – Ed. Alpha Centauri, sala 402, Centro, Florianópolis/SC – CEP 88020-000, Telefone: (48) 3222-6881, denominadas simplesmente advogadas, estabelecem o presente contrato de honorários profissionais, com as seguintes cláusulas:

1ª - Através do presente, as advogadas estão sendo contratadas para ajuizar ação contra o Município de São José e acompanhá-la até o término desta, usando de todos os meios legais que se fizerem necessários para defender os interesses da cliente.

2ª - Todos os documentos necessários para a propositura da ação serão providenciados pela cliente.

3ª - As custas judiciais, os honorários periciais, além dos custos com locomoção e alimentação quando necessário se fizer o deslocamento, serão pagos pela cliente.

4ª - Se exitosa a reclamação da demanda da cliente, esta pagará às advogadas honorários advocatícios de 15% (quinze por cento) se filiada ao sindicato ou 20% (vinte por cento) se não filiada, sobre o valor da execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os honorários advocatícios previstos nesta Cláusula não prejudicam e nem excluem eventuais honorários de sucumbência determinados em favor das CONTRATADAS.

5ª - Na hipótese da cliente revogar a procuração outorgada em decorrência do presente contrato e a outorgar a outro advogado, os honorários serão fixados proporcionalmente ao trabalho realizado.

6ª - Se a cliente desistir da ação, ficará obrigada ao pagamento dos honorários advocatícios às advogadas, que não serão superiores ao valor que seria devido se a ação fosse julgada integralmente procedente, nem inferiores a ¼ (um quarto) desse valor.

7ª - Os eventuais honorários de perito contador serão pagos pela cliente, estabelecidos em 2% (dois por cento) sobre o valor da execução.

Assim, de comum acordo, firmam o presente contrato.

Florianópolis, ____ de _____ de 2024.

Assinatura Cliente:

NOME:

CPF:

Rosângela de Souza
OAB/SC 4.305

Larissa de Souza P. Luz
OAB/SC 24.176

Nicole Natacha de Souza
OAB/SC 37.615